



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

Saúde para todos e em todos os lugares

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um patrimônio conquistado pelos brasileiros e brasileiras com a Constituição de 1988. No entanto, quando o PT chegou ao governo federal, em 2003, a cobertura e a qualidade da atenção à saúde eram insuficientes e havia grandes obstáculos à efetiva garantia do direito à saúde.

Duas diretrizes moveram as políticas adotadas pelo PT nos 13 anos seguintes: ampliar o investimento na rede e nos serviços de saúde e eliminar os vazios assistenciais existentes, para constituir uma efetiva rede universal e gratuita de saúde, descentralizada, democrática e com maior equidade.

MAIS MÉDICOS

A escassez de médicos em municípios do interior e em áreas vulneráveis dos grandes centros urbanos foi, historicamente, um entrave ao efetivo funcionamento do SUS. Em 2013, o governo Dilma criou o Mais Médicos, programa com dois objetivos centrais:

★ **Levar médicos para todas as áreas do país**, inclusive os Distritos de Saúde Indígena.

★ **Ampliar a formação de médicos no Brasil**, criando novas vagas em cursos de graduação e em residência médica.

O Mais Médicos foi extremamente bem sucedido. Em apenas dois anos, conseguiu levar 18.240 médicos para 4.058 municípios e para 34 distritos de saúde indígena, garantindo atenção adequada à **saúde para 63 milhões de brasileiros e brasileiras**.



Até o início de 2016, já haviam sido **criadas 5.849 vagas em cursos de medicina**. Havia também editais para 4.347 novas vagas em universidades privadas, em 63 municípios que não possuíam esse curso, e outras 1.925 vagas autorizadas em universidades federais, em 46 municípios.

Com um esforço de descentralização, em 2015, o interior do país já ultrapassava, pela primeira vez na história, as capitais brasileiras em número de vagas para estudantes de medicina. No mesmo período, foram criadas 6.775 vagas de residência em medicina, direcionadas para áreas em que a carência de profissionais era maior.



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

MAIS MÉDICOS EM NÚMEROS

Entre os usuários do programa, **95% estão satisfeitos com a atuação dos médicos**, 85% dizem que a qualidade da assistência melhorou, e 82% afirmam que as consultas passaram a resolver melhor seus problemas de saúde.

Entre os gestores municipais, **96% estão muito satisfeitos com o Programa**, 84% relatam que o tempo para marcação de consultas diminuiu e 73% relatam melhora na qualidade do atendimento médico.

Entre 2013 e 2016, **triplicou o número de vagas para médicos da família em cursos de residência** e mais de 60% das vagas criadas em cursos de medicina foram destinadas a cidades do interior – justamente para dar conta de um problema permanente de falta de médicos nessas áreas.



DESMONTE

O golpe que retirou a presidenta Dilma do exercício de seu mandato legítimo foi também um golpe na cobertura do programa, que chegou ao seu sexto ano com um número de médicos muito menor, atuando em muito menos municípios e deixando sem atenção 12 milhões de pessoas. Isso ocorre porque, embora desde o primeiro edital de 2015 todas as novas

vagas tenham sido ocupadas por médicos formados no Brasil, a dependência em relação aos profissionais cubanos ainda era grande. Ao romper o acordo de cooperação, por miopia ideológica, o presidente eleito em 2018 colocou em risco o Mais Médicos e retirou a assistência a milhões de brasileiros, principalmente no interior do país e em áreas mais vulneráveis dos grandes centros urbanos e à população indígena.



AMPLIANDO E QUALIFICANDO A ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

O Mais Médicos foi parte da estratégia dos governos petistas para ampliar e qualificar a atenção básica à saúde. Isso se justifica pelo fato de cerca de 80% das demandas de saúde da população poderem ser atendidas em postos de saúde adequadamente aparelhados que disponham de equipes profissionais completas.

Por essa razão, **os mandatos do PT investiram fortemente na rede de Unidades Básicas de Saúde** – as UBS, ainda que esses postos de atendimento sejam de responsabilidade dos municípios. Em 2012, havia 39,8 mil unidades em funcionamento. Em abril de 2016, eram 41.557. Essa ampliação foi resultado de um **investimento de cerca de R\$ 6 bilhões**, que se traduziu em **5.248 obras de ampliação, 4.286 novas UBS construídas e 6.186 reformas**.

A **Saúde da Família** teve sua cobertura populacional ampliada de maneira expressiva. Nos 13 anos de nossos governos, o número

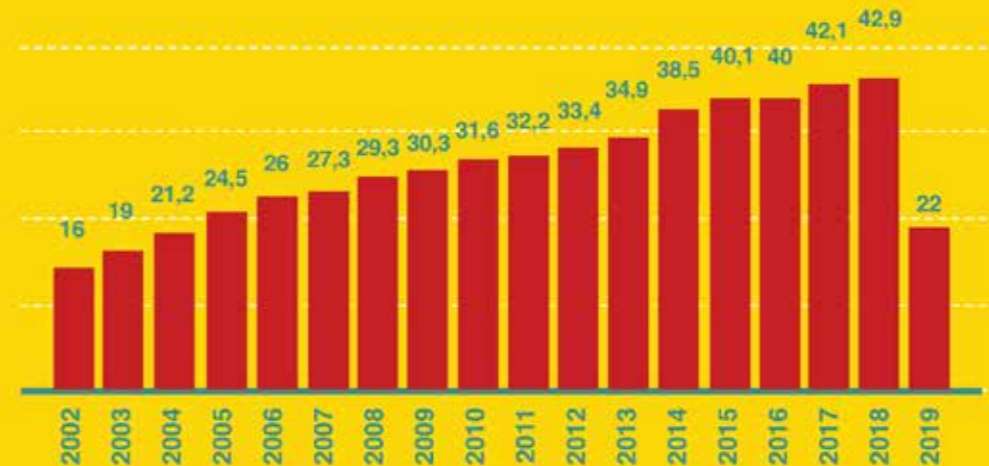
de equipes **cresceu de 16.734 para 40.162**, com atuação em 98% dos municípios brasileiros e cobertura de 61% da população, quase o dobro da que era atendida em 2002. Já o atual governo promoveu um verdadeiro apagão no programa, que, segundo dados do Ministério da Saúde, contava, em setembro, com metade das equipes atuando.

Saúde bucal

O programa **Brasil Sorridente** enfrentou uma grave deficiência do SUS – a oferta de tratamento odontológico. Nos 13 anos de governo do PT, o número de equipes do programa **cresceu de 4.261 para 24.467**, implantadas em 5.014 municípios (90% do total), com cobertura de 37% da população, ou seja, mais que o dobro do atendido anteriormente.

Para reforçar essa atenção, foram criados os **Centros de Especialidades Odontológicas**, que **aumentaram de 100, em 2004, para 1.034**, em nosso último ano. O descaso dos governos golpistas com a saúde bucal da população interrompeu a implantação desses Centros.

EQUIPES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (EM MIL)



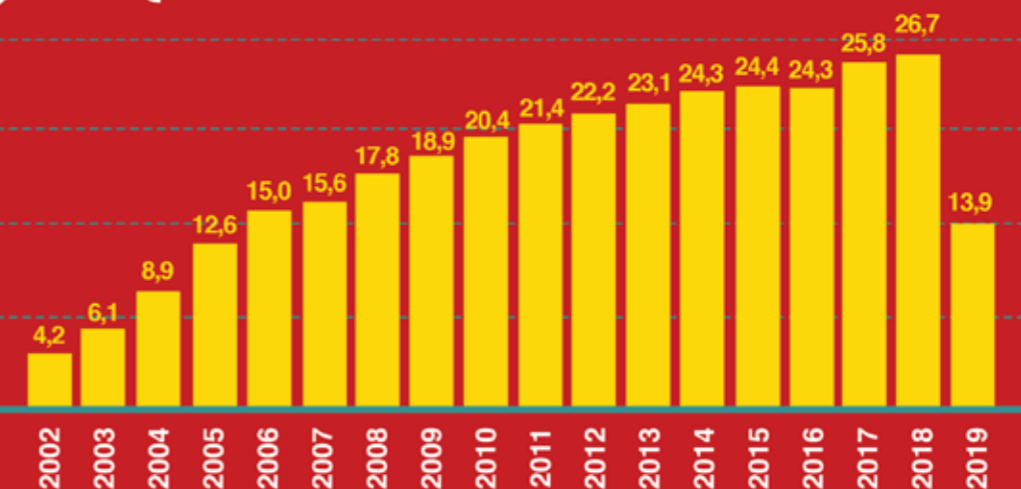
FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE



SAMU E UPAS – REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EFICIENTE

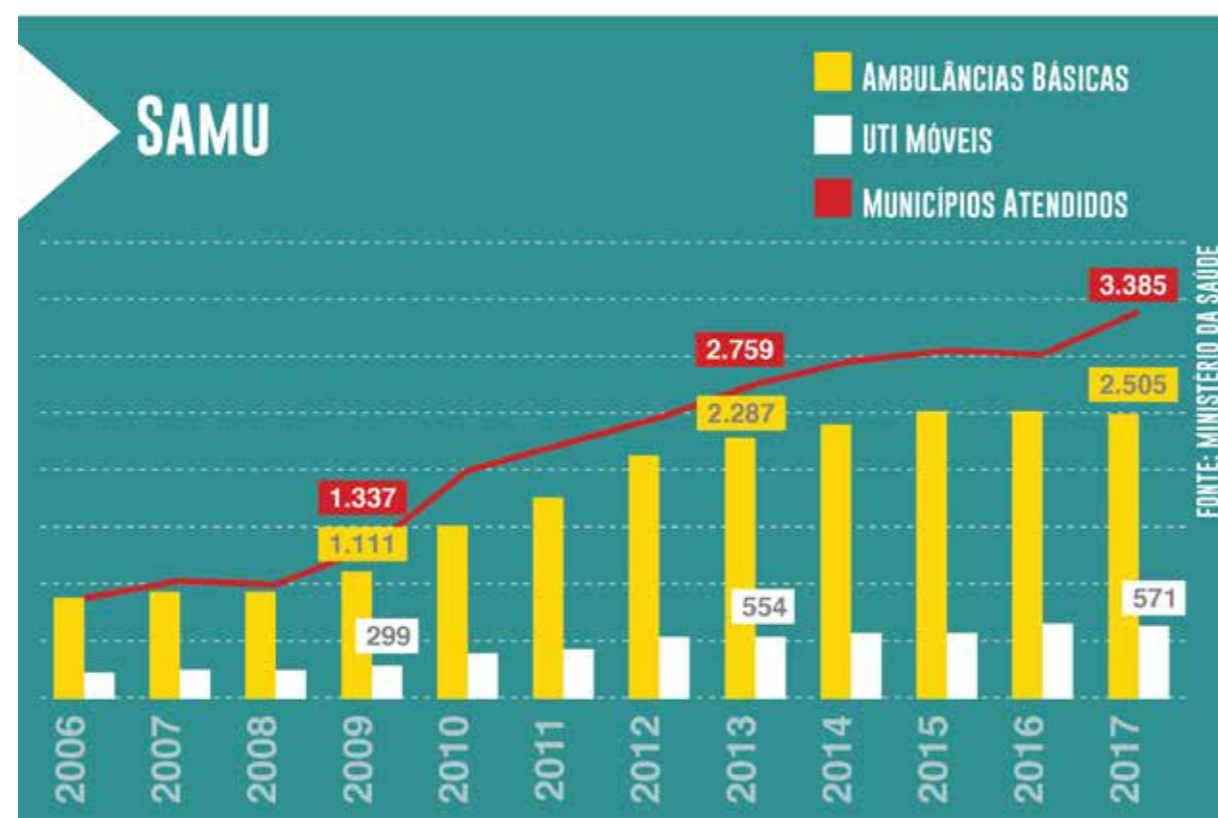
Constituir uma rede de atendimento às urgências e emergências foi uma das prioridades da administração do PT. A primeira medida central desse processo foi a **criação do SAMU**, um sistema de ambulâncias que, conectadas a centrais de regulação por meio do telefone 192, assegura, 24 horas por dia, o pronto atendimento a todos os cidadãos, levando-os do local do socorro até o hospital habilitado mais próximo.

Em 2006, ao fim do primeiro mandato do presidente Lula, o SAMU já operava com 885 ambulâncias básicas e 238 UTI móveis, em 903 municípios, contando com 112 centrais de regulação. Este sistema foi continuamente expandido, até dispor, no fim de 2015, antes do golpe, de **2.525 ambulâncias básicas, 583 UTIs móveis e 185 centrais de re-**

gulação. Desde então, o programa teve sua expansão interrompida.

A **implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs** representou outra inovação dos governos do PT para aprimorar a rede de urgência e emergência. As UPAs atuam de forma integrada ao sistema de atenção básica e ao SAMU, podendo manter o paciente em observação por até 24 horas ou, se necessário, encaminhar a um hospital. Como cerca de 97% dos casos são resolvidos na própria UPA, sua existência contribui para evitar a sobrecarga da rede hospitalar.

Quando o governo Dilma foi interrompido pelo golpe, em maio de 2016, havia **449 UPAs em funcionamento**, com **capacidade para 3,5 milhões de atendimentos mensais** e cobertura de 47% da população. Outras 586 estavam em construção ou em fase de aquisição de equipamentos e contratação de pessoal.



ACESSO A MEDICAMENTOS

“**Aqui tem Farmácia Popular**” é uma marca conhecida em todo o Brasil e sintetiza uma diretriz dos 13 anos de nossos governos: garantir e facilitar o acesso dos cidadãos e cidadãs a seus direitos. No caso do “Farmácia”, o objetivo era assegurar o acesso a medicamentos.

Implantado em 2004, o programa constituiu uma **rede de 35 mil farmácias**, entre unidades do governo federal e unidades da iniciativa privada conveniada, que vendiam medicamentos com até 90% de desconto. Em seu primeiro ano, o programa estava em 594 municípios, pouco mais de 10% do total. Em 2015, chegou a 4.566, 82% do total.

Em 2011, a determinação de facilitar o acesso da população aos medicamentos de que necessita se fortaleceu ainda mais, com a criação do **Saúde não tem Preço**, que passou a **distribuir, gratuitamente, medicamentos para diabetes, hiper-**

tensão arterial e asma na rede do Aqui tem Farmácia Popular. Como a retirada do medicamento exigia a apresentação de receita com data de validade, o programa indiretamente incentiva as pessoas a fazerem o acompanhamento dessas doenças, evitando internações e sua progressão.



DESMONTE

A distribuição de medicamentos gratuitos e a venda com desconto têm sido progressivamente fragilizadas após a retirada do PT do governo federal. **As farmácias próprias da rede foram todas fechadas em 2017.** O ritmo de inclusão de novas unidades privadas é mínimo. Em 2019, apenas uma farmácia havia sido credenciada até agosto. Ao diminuir a facilidade de acesso, o governo vai gradativamente esvaziando o programa, que também sofre com restrições orçamentárias.





FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

Mais de **30 milhões de brasileiras e brasileiros foram beneficiados** nos 5 primeiros anos do programa. Entre 2013 e 2016, 4,2 milhões de pessoas foram atendidas com receitas dos profissionais do Mais Médicos, cobrindo 3.128 municípios que possuíam unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil.

da área, essa Lei definiu, entre vários outros temas, o que pode ser considerado despesa em ações e serviços públicos de saúde. Ela impediu que gestores computassem outros tipos de gasto para cumprimento do mínimo constitucional.

MAIS INVESTIMENTO NO SUS

Para assegurar a expansão de serviços, da cobertura e da qualidade da atenção à saúde seria necessária a ampliação dos recursos federais alocados no SUS. Essa escolha política foi feita e as despesas com ações e serviços públicos de saúde cresceram 78% acima da inflação, passando dos R\$ 64,8 bilhões investidos no primeiro ano do governo Lula para **R\$ 120,4 bilhões** no último ano de governo Dilma.

Além de expandir os recursos destinados à saúde, o PT também regulamentou, em 2012, a Emenda Constitucional 29, aprovada 12 anos antes. Demanda histórica



DESMONTE

A emenda constitucional que impõe teto aos gastos públicos, aprovada no governo Temer, inviabiliza a continuidade desse processo de elevação do financiamento do sistema público de saúde, da expansão dos serviços e da melhoria de sua qualidade. Somente no biênio 2019-2020, seu efeito terá sido retirar cerca de R\$ 20 bilhões do total de recursos destinado ao SUS, o equivalente a uma redução de 10% a cada ano no financiamento da saúde pública.

